

O relatório de auditoria e as mudanças de auditor: Revisão de Literatura

Paula Heliodoro e Francisco Carreira

Paula Heliodoro, Professora no Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Campus do IPS, Estefanilha, 2914-503 Setúbal, PORTUGAL;
Telefone: +351.917.382.409; Correio Eletrónico: paula.heliodoro@esce.ips.pt

e

Francisco Carreira, Professor no Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Campus do IPS, Estefanilha, 2914-503 Setúbal, PORTUGAL;
Telefone: +351.965.866.526; Correio Eletrónico: francisco.carreira@esce.ips.pt

Área Temática: A) Información Financiera y Normalización Contable

Palavras-Chave: Relatório de auditoria, Mudança de auditor,

O relatório de auditoria e as mudanças de auditor: Revisão de Literatura

Resumo

A auditoria, desde a antiguidade, tem tido como principal objetivo a detecção de fraudes e erros materialmente relevantes que de alguma forma possam vir a influenciar a imagem fiel e verdadeira da empresa. Assim sendo, não é de admirar que cada vez mais seja encarada pelos *stakeholders* como uma ferramenta, extremamente, útil para ajudar a combater os escândalos que têm surgindo por todo o mundo. O relatório de auditoria é o culminar de todo este processo, uma vez que é o documento que em poucos parágrafos traduz a imagem fiel e verdadeira da empresa auditada. Tem sido alvo de algumas mudanças, tanto ao nível do seu conteúdo como do seu *layout (short form/long form)*.

Este artigo resulta de uma pesquisa efetuada sobre a relação existente da emissão de um relatório de auditoria com reservas nas mudanças do auditor realizada pela empresa cliente. Neste sentido, analisámos a literatura a nível internacional, tendo por base vários estudos empíricos efectuados nas últimas décadas em vários continentes. Podemos constatar que existem fatores suscetíveis de causar conflitos entre as duas partes integrantes do processo: auditor e empresa cliente. É nossa intenção que este seja um primeiro passo para futuras investigações, no âmbito nacional.

Resumen

La auditoría, desde la antigüedad ha tenido como objetivo principal la detección de fraude y error material relevante que de alguna manera pueda influir en la imagen fiel de la empresa. Por lo tanto, no es de extrañar que cada vez es visto por los interesados como una herramienta extremadamente útil para ayudar a combatir los escándalos que han surgido en todo el mundo. El informe de auditoría es la culminación de este proceso, ya que es el documento que en unos pocos párrafos refleja la imagen fiel de la empresa auditada. ¿Ha sufrido algunos cambios, tanto en su contenido y su diseño (*short form/long form*)..

En este artículo los resultados de una encuesta llevada a cabo sobre la relación de la emisión de un informe de auditoría con los cambios de auditor en las reservas en poder de la empresa cliente. En este sentido, hemos revisado la literatura a nivel

internacional, con base en varios estudios empíricos llevados a cabo en las últimas décadas en varios continentes. Podemos ver que hay suscítáveis factores que causan los conflictos entre las dos partes involucradas en el proceso: el auditor y la empresa cliente. Es nuestra intención que este es un primer paso para futuras investigaciones en el ámbito nacional.

Introdução

A auditoria serve uma finalidade económica vital e desempenha um papel importante em servir o interesse público ao “*aumentar a responsabilidade e reforçar a confiança nos relatórios financeiros*” (ICAEW, 2005). Como resultado desta situação, várias mudanças têm sido realizadas por organismos profissionais e governamentais a fim de promover maior transparência na auditoria e na responsabilização dos auditores. Contudo, é igualmente importante que os utilizadores da informação financeira compreendam o que realmente é a auditoria, qual a sua finalidade e limitações. A profissão de auditoria acredita que o aumento do criticismo contra os auditores pode ser originado pelas diferenças de expectativas em auditoria (*expectation gap in audit*). Humphrey *et al.* (1992, p.137-161) afirmam que as causas para a existência desse problema são muitas e variadas, a saber:

- A complicada natureza da função de auditoria;
- Ignorância e expectativas pouco razoáveis da sociedade e
- Atraso na resposta às mudanças de expectativas da sociedade.

A diferença de expectativas em auditoria é crítica para a profissão de auditoria, pois quanto maior forem as expectativas infundadas do público menor é a sua credibilidade. Num ambiente de constante mudança como é a sociedade actual, as expectativas do público não são estáticas e a resposta da profissão de auditoria tem de forçosamente acompanhar o ritmo. De outra forma, haverá sempre um *gap* temporal entre a mudança de expectativas da sociedade e a resposta da profissão. Várias têm sido as respostas da profissão de auditoria para controlar as diferenças de expectativas, passando pela necessidade de educar o público e, simultaneamente, alargar a função e âmbito da auditoria.

1. Auditoria como necessidade

O mundo mais competitivo da globalização provocou alterações nas empresas e no modo de vida das pessoas. As empresas e os produtos passaram a enfrentar novos desafios e constrangimentos pelo facto dos mercados serem mais alargados, mais volúveis e mais competitivos. Neste cenário actual não só os produtos circulam

livremente mas, também, as pessoas, as ideias e sobretudo a informação. O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas permite hoje em dia a circulação de elevados fluxos de informação a uma velocidade impressionante, de fácil acesso, independentemente da distância geográfica (Alberto, 2005).

A seguir ao crescimento da economia americana da década de noventa do século passado, impulsionada pela denominada nova economia, globalização, novos instrumentos financeiros e alimentada pelos mercados bolsistas, com fortes exigências dos investidores em termos de rentabilidade, o início do presente século foi marcado a nível mundial por uma recessão económica, com o emergir da falência fraudulenta de um conjunto de empresas como a Enron, à cabeça, mas também a Adelphia, Xerox e a WorldCom, nos Estados Unidos (Stiglitz, 2005) e na Europa Ahold e Parmalat (Alberto, 2005).

A falência da Enron arrastou consigo uma das empresas internacionais de auditoria mais prestigiadas, a Arthur Andersen, sendo uma chamada de atenção para o facto de que algo não ia bem no mundo dos negócios. Com a queda da Enron e o conhecimento das práticas fraudulentas seguidas a nível contabilístico surgiu a desconfiança no funcionamento do mercado de capitais e a necessidade de maior transparência na informação (Stiglitz, 2005).

Os conflitos de interesses com origem na separação entre a propriedade e o controlo dos meios e as assimetrias de informação entre a gestão e os proprietários conduziram à consciencialização da necessidade de regulamentação da governação das sociedades. No âmbito da auditoria, os escândalos financeiros vieram questionar o papel do auditor externo, enquanto órgão independente da governação que emite parecer sobre os documentos de prestação de contas e no qual os utilizadores confiam para a tomada de decisões.

Etimologicamente, a palavra “auditoria” teve a sua origem na palavra latina *audire*. Para atender ao mundo globalizado, de uma sociedade moderna composta pelas grandes organizações, com o desenvolvimento económico originando uma crescente complexidade na administração dos negócios, onde as transações são contabilizadas (reconhecidas e mensuradas) em tempo real, o conceito de auditoria tem-se ampliado ao longo do tempo. Na doutrina, podem-se encontrar diferentes definições sobre o conceito de *auditoria*:

- Stamp e Moonitz (cit in Costa, 2007, p.50) salientam que a auditoria é *“um exame independente, objectivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião informada e fidedigna, através de*

um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceites. O objectivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é emprestar credibilidade às demonstrações financeiras (cuja responsabilidade pela preparação depende do órgão de gestão) ”.

- Para Messier *et al.* (2006, p.13), “a auditoria é um processo sistemático de objectivamente obter e avaliar evidencia sobre determinadas asserções acerca de acções económicas e eventos com o objectivo de determinar o grau de correspondência entre essas asserções e determinados critérios pré estabelecidos e conseqüentemente comunicar os resultados aos interessados”.

1. 2. Natureza e objectivos da auditoria

Nos primórdios da auditoria, a mesma não era encarada como uma função pública, tal como é entendida hoje. Era entendida como um negócio privado entre as partes interessadas: o auditor que realizava uma revisão às demonstrações financeiras com vista à detecção de erros e fraudes e a entidade que contratava o serviço, necessitando de um especialista independente que intervinha e operava sobre a maneira como era conduzida a gestão.

No entanto, a finalidade original de que o auditor tinha como objectivo a detecção de erros e fraudes foi completamente ultrapassada e a função do auditor é, actualmente, de emitir uma opinião sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas segundo os princípios de contabilidade geralmente aceites, responsabilidade exclusiva da direcção da empresa (Costa e Alves, 2005). Em Portugal, esta responsabilização por parte da direcção da empresa foi igualmente referenciada no POC¹ (1989), sendo que actualmente o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)² no seu ponto 3.1. (Características da Informação Financeira – Objectivos) salienta o seguinte:

“a responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é primordialmente das administrações”.

Autores como Abdel-Qader, (2002) e Porter, *et al.* (2005) são unânimes em afirmar que o objectivo de uma auditoria tem sido sempre dinâmico e não estático. Brown (1962) afirma que o objectivo e as técnicas de auditoria têm mudado durante os 400

¹ POC – Plano Oficial de Contabilidade

² SNC – O Diário da República 1ª série, nº 133, de 13 de Julho de 2009, no seu Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o POC (Decreto-lei nº 410/1989 de 21 de Novembro)

anos de existência reconhecida para acompanhar as necessárias mudanças e expectativas da sociedade.

Assim sendo, e em virtude do aumento da dimensão e complexidade das operações efectuadas nos mercados financeiros, a função actual do auditor pode ser encarada segundo diferentes perspectivas - económica, social e legal:

- **Económica:** a auditoria tem um carácter económico, uma vez que ao ser um serviço realizado por uma entidade privada, deve ter como objectivo a maximização da rentabilidade originada do exercício da sua actividade. Na opinião de Marques de Almeida (2001) a *“auditoria transforma a informação financeira num bem público, acessível ao público em geral, requerendo, por isso, um padrão mínimo de qualidade em ordem à protecção do público consumidor. O papel económico do auditor, num mercado regulamentado, é o de purificador da informação financeira”*.

- **Social:** A auditoria aparece para satisfazer necessidades da iniciativa privada tendo, entre outras finalidades básicas, a de controlar de alguma maneira os administradores das empresas por mandato dos proprietários das mesmas. A avaliação externa da eficiência da organização, isto é, a análise estratégica da empresa é reclamada pelas correntes mais abrangentes da auditoria, ao proporem o desenvolvimento do trabalho de auditoria à compreensão da análise da situação estratégica em que se encontra a empresa, Vinten (1991).

- **Legal:** A perspectiva legal da auditoria surge como consequência da função social, já anteriormente abordada, ou da repercussão do bom ou mau funcionamento que as empresas têm na sociedade. Como resultado desta situação, os governos sentiram necessidade de criar mecanismos que garantissem um certo grau de segurança, postos em prática por profissionais independentes. Em Portugal, é competência dos Revisores Oficiais de Contas, a fiscalização da gestão com vista ao cumprimento das disposições legais e estatutárias das empresas, sem ir contra as competências atribuídas por lei aos seus órgãos e aos membros destes.

2. Os relatórios de auditoria

A revolução industrial, iniciada em Inglaterra no século XVIII, marcou a decadência da pequena empresa familiar onde o proprietário, executor material de todas as operações, orientava o seu negócio de acordo com os seus interesses defendendo os seus capitais, contribuindo para a sua maximização da sua riqueza pessoal. O desenvolvimento da economia trouxe consigo a aparição de um novo tipo de

empresas, as sociedades por acções, que passaram a constituir uma peça chave na envolvente empresarial.

Desta forma, a propriedade da empresa dissolve-se por um elevado número de pessoas e os acionistas transferem para a direcção a gestão das empresas. Consequentemente, os contribuintes do capital têm uma participação mínima na gestão da empresa e a sua desvinculação do dia-a-dia da empresa é, praticamente, total. A gestão da empresa é reflectida nas demonstrações financeiras, que constituem a parte informativa em que se sintetiza a situação patrimonial, financeira e os resultados alcançados pela empresa ao longo do período. Para os acionistas a informação divulgada pela empresa é extremamente importante, na medida em que desejam saber se a gestão da empresa - administração - tem gerido, eficazmente, os seus recursos, ou se pelo contrário, é necessário efectuar uma mudança na mesma. Para além dos accionistas, há outros grupos sociais que directa ou indirectamente têm vínculos com a empresa, isto é, têm interesse nas demonstrações financeiras divulgadas pela empresa.

Neste sentido os relatórios de auditoria têm, presentemente, uma grande importância nos mercados financeiros, com os investidores a serem parte interessada de um dos grupos de indivíduos que maior uso faz do relatório de auditoria, já que ao participarem directamente na incerteza da empresa, têm um especial interesse na transparência e fiabilidade da informação contabilística que utilizam para a sua tomada de decisões.

Dado que entre as funções da direcção da empresa encontra-se a elaboração da informação contabilística/financeira, a auditoria externa assume-se como um controlo adequado, ao adicionar garantias tanto a accionistas como a outros utilizadores da informação financeira da fiabilidade da dita informação. Segundo a Teoria da Agência, o auditor assume-se como um monitor contratado pelos proprietários da empresa para melhorar o controlo da direcção. Por outro lado, o relatório do auditor converte-se num canal de transmissão de informação privada da empresa aos investidores, facto este que pode reduzir o problema da relação entre accionistas e directores, ao disporem os segundos de uma maior quantidade de informação (Melumad e Thomas, 1990, p.77).

Assim, o facto de o relatório de auditoria acompanhar as demonstrações financeiras de uma empresa aumenta o seu conteúdo informativo e constitui uma melhoria na informação disponível para os utilizadores da informação financeira. Esta informação poderá por vezes reafirmar a sua fiabilidade no caso do relatório com opinião favorável, e, por outras, adicionando dados novos sobre questões que, sem estarem explicitamente considerados nas demonstrações financeiras, têm um efeito material e

normalmente negativo sobre as mesmas, como é o caso dos relatórios de auditoria sem opiniões qualificadas (reservas), desfavoráveis ou adversas.

Vários têm sido os estudos empíricos que se debruçaram sobre a relevância da informação contida no relatório de auditoria no mercado de capitais, em áreas geográficas e temporais diferentes, nomeadamente:

- ♣ Estudos relativos ao “conteúdo informativo” do documento a nível do mercado de capitais e das entidades de crédito;
- ♣ Estudos que pretendem verificarem se o relatório de auditoria é relevante a ponto de determinar o valor das acções.

Assim sendo, a tabela 1 resume os principais estudos realizados sobre a relevância do conteúdo do relatório de auditoria no mercado de capitais.

Tabela 1 – Estudos sobre a relevância do conteúdo informativo do relatório de auditoria no mercado de capitais

Autor	Objecto do estudo	Metodologia	Resultados
Baskin (1972)	Relatórios que contêm reservas consistentes ou por falta de uniformidade	Data: divulgação dos resultados anuais	Nem os relatórios no seu conjunto nem os tipos de reservas que contêm produzem reacções no mercado
Firth (1978)	Relatórios qualificados: por incerteza; por intervenção de outros; por incumprimento; por falta de uniformidade	Data: Publicação das contas anuais	Só se produz uma reacção significativa e imediata no caso das qualificações por incerteza. Os investidores reagem de um modo diferente aos diferentes tipos de qualificações
Ball et al. (1979)	Relatórios qualificados: depreciação de edifícios; Outras valorizações de activos; outros factores	Data: o mais cedo entre a recepção do relatório anual na Bolsa de Sidney ou a divulgação na imprensa financeira	Existiu unicamente um comportamento anormal significativo nas qualificações por depreciação de edifícios, que adquiriram a condição de reservas pela primeira vez no período de análise
Banks et al. (1982)	Opiniões “sujeito a”	Data: a do relatório anual	As empresas afectadas por contingências de perdas comportam-se significativamente pior que as suas carteiras de controlo.
Elliott (1982)	Opiniões “sujeito a”: gestão continuada; realização de activos; litígios	Data: publicação dos resultados	Comportamento anormal e negativo nas qualificações por gestão continuada produzindo-se a reacção adversa antes da emissão da opinião qualificada.
Dodd et al.	Opiniões “sujeito a” e adversas	Data: identificada aplicando uma	O comportamento anormal

(1984)		regra própria	negativo produz-se de três a seis meses antes do anúncio da opinião qualificada. As rendibilidades anormais resultaram estatisticamente significativas para a amostra de opiniões adversas.
Dopuch et. al. (1986)	Estudo idêntico ao do Dodd et.al. (1984), contudo centrado nas opiniões publicadas na imprensa financeira	Data: publicação na imprensa financeira	Os descobrimentos nos meios das opiniões qualificadas do tipo "sujeito a " produzem efeitos negativos significativos nos preços dos títulos
Loudder et. al. (1992)	Qualificações "sujeito a"	Data da ocorrência: a mais cedo entre a revelação na imprensa	Só as qualificações inesperadas pelo mercado produzem reacções negativas parcialmente significativas (90%)
Jones (1996)	Opiniões sobre a continuidade da empresa; 68 relatórios qualificados e 86 favoráveis recebidos por empresas com problemas financeiros	Incorpora as expectativas dos investidores	O autor conclui que este tipo concreto de relatórios tem conteúdo informativo
Del Brio González (1998)	Relatórios com reservas: Empresa em funcionamento; erros de valorização de activos e passivos; erros que se reflectem nos dados dos resultados; incertezas	Data: registo dos relatórios na CNMV	Não é possível rejeitar a hipótese de ausência de relevância das reservas de auditoria para os investidores da Bolsa de Madrid
Cabal García (2000)	Relatórios de auditoria qualificados por reservas: erros; incertezas; intervenção de outros auditores; reservas múltiplas; falta de uniformidade	Data: registo dos relatórios na CNMV	Só os relatórios qualificados por múltiplas incidências e por alterações nos princípios contabilísticos aplicados produzem rendibilidades anormais estatisticamente significativas em torno da data de registo na CNMV
Cabal García (2001)	Relatórios de auditoria qualificados por distintas reservas	Data: publicação na imprensa financeira	Produzem-se reacções estatisticamente significativas nos preços dos títulos perto da data de publicação na imprensa da qualificação do auditor

Fonte: Adaptado de Cabal García, Elena, (2004), pp.9-10

Analisando os resultados obtidos pelos autores nos estudos efetuados, observa-se o seguinte:

- ♣ A opinião que é emitida pelo auditor através do relatório de auditoria é relevante para os investidores na medida em que a mesma é útil para a tomada de decisão, verificada pelos estudos efectuados por [Firth \(1978\)](#), [Ball, Walker e Whittred \(1979\)](#), [Banks e Kinney \(1982\)](#), [Loudder et al. \(1992\)](#), [Jones \(1996\)](#);

- ♣ Os estudos realizados por Baskin (1972), Del Brío González (1998) e Cabal García (2000), concluem que a relevância da informação contida no relatório de auditoria é pequena ou nula, em virtude de não verificarem conteúdo informativo no relatório de auditoria.

2.1. A mudança do auditor e os relatórios de auditoria

As empresas que recebem um relatório de auditoria com reservas têm uma propensão alta de mudar o auditor, pode duvidar da capacidade da função da auditoria para realizar um controlo externo à empresa dado que, através da mudança do auditor, as empresas podem colocar certos limites à actividade do auditor. (Smith, 1986, p. 95). A importância do relatório de auditoria como factor de decisão da empresa para a mudança do auditor tem sido analisada na literatura através de vários estudos empíricos. Estes estudos têm como objectivo observarem as empresas que mudam de auditor, analisando que tipos de auditoria recebem antes de realizar a mudança do auditor.

Embora as mudanças dos auditores não sejam frequentes e quando ocorrem poderão não ter como causa fundamental a existência de num relatório de auditoria com uma opinião com reservas, existe uma ampla literatura, que evidencia o facto da influência das reservas nos relatórios de auditoria para a mudança do auditor.

A maioria dos autores evidencia a relação estatística significativa entre a recepção de reservas e a mudança do auditor. Deste modo, Garcia Benau *et al.*, (2000) realçam que para o caso espanhol existe influência significativa entre o tipo de opinião emitida no último relatório de auditoria e a mudança de auditor. No entanto, Gómez Aguilar *et al.*, (2000), não partilham da mesma opinião, uma vez que não encontraram evidência estatística entre as reservas e a mudança do auditor.

DeAngelo (1982) realça que a relação de causalidade existente entre as reservas e a mudança do auditor pode ser vista em duas perspectivas: as reservas podem causar uma mudança do auditor e por outro lado, a mudança do auditor pode originar a emissão de reservas.

Segundo Cabal (2000) as empresas que recebem reservas e que mudam de auditor não apresentam relatórios favoráveis no exercício seguinte à mudança, uma vez que a grande maioria manteve a opinião qualificada ao longo do tempo.

Pelo contrário, os resultados obtidos por Craswell (1988) indicam que a proporção de relatórios de auditoria “limpos” (sem reservas) das empresas que mudam de auditor era significativamente maior do que as entidades que não substituí em as empresas de auditoria.

3. Teorias sobre a mudança do auditor

A literatura ao nível mundial tem realizado inúmeros estudos relacionados com os motivos que levam as empresas a mudar de auditor. Estes motivos podem ser analisados segundo duas abordagens:

3.1. Abordagem de mercado

A mudança do auditor está relacionada com as mudanças nas características económico-financeiras e corporativas das empresas (Palmrose, 1986; Francis e Wilson, 1988; Johnson e Lys, 1990; Firth, 1999, entre outros). Segundo esta perspectiva a mudança do auditor é analisada segundo a natureza da procura da auditoria que realizam as empresas e a oferta realizada pelos profissionais da auditoria. Conforme referido por Johnson e Lys (1990) as empresas e os auditores estão motivados pela competência do mercado, no qual dependerá tanto das características da procura da auditoria, ou seja, dos atributos específicos que requerem os serviços da auditoria, como das características da oferta realizada pelo auditor.

Neste âmbito, a empresa irá eleger o auditor mais eficiente, aquele que ofereça um serviço a um menor custo. Logo, a mudança do auditor, ocorrerá quando as variações na quantidade ou no tipo do serviço procurado pela empresa façam com que o auditor actual deixe de ser o mais eficiente. As novas solicitações da procura do serviço da auditoria por parte das empresas auditadas podem converter o auditor em ineficiente; assim a mudança do auditor seria explicada pela necessidade da empresa auditada encontrar outro auditor que lhe ofereça o serviço com um determinado nível de qualidade distinto do anterior, ou seja, o novo auditor terá de oferecer novos serviços que vão ao encontro dos requisitos do negócio (Ruiz Barbadillo *et al.*, 2003).

Entre os factores que na perspectiva do mercado foram identificados como indutores da mudança do auditor podemos destacar entre outros (Williams, 1988; Firth, 1999; Watts e Zimmerman, 1983; 1986, entre outros):

- ❖ *O crescimento da empresa*: segundo (Palmrose, 1986; Williams, 1988; Francis e Wilson, 1988) a variação do nível de dispersão geográfica e da complexidade da informação contabilística da empresa pode ser considerada um indicador do crescimento da empresa.
- ❖ *Aquisições de empresas*: Segundo Anderson *et al.*, (1993) e Firth (1999) a aquisição de outra empresa é um acontecimento que pode provocar mudanças de auditor. Isto se deve ao facto da empresa absorvida de mudar o auditor da empresa absorvente porque assim pode reforçar as

economias de escala que poderão obter-se da auditoria conjunta de todo o grupo empresarial.

- ♣ *Os custos da agência da empresa:* a razão que está subjacente sobre a relação entre os custos de agência da empresa e a mudança do auditor é que quanto maior são os custos da agência da empresa, uma vez que a informação contabilística tem como objectivo a redução dos mesmos, maiores são então as exigências para a empresa de apresentar informação contabilística de alta qualidade (Palmorose, 1984; Plot, 2001). A variação dos custos da agência, também, foi analisada como um possível indutor da mudança do auditor. Assim sendo, a variação dos custos da agência têm sido analisados como um possível indutor da mudança do auditor. A teoria da agência considera a relação auditor-cliente ser um vínculo de contratos. Uma mudança nos auditores pode ser o resultado de uma mudança nos contratos do principal agente. Novos contratos entre os accionistas e gestores são formados sempre que o cliente contrata um novo gestor ou um novo chefe é introduzido. Quando a gestão muda, os novos executivos podem requerer uma mudança do auditor porque o anterior está muito associado com a gestão anterior ou porque os novos executivos procuram novas ideias. Além de que, mudanças significativas na principal prestação de recursos ou novos directores de financiamento que sinalizam a necessidade de rever os contratos de agência. Esta revisão poderia, por sua vez, transformar num sinal para mudar os esforços de controlo.
- ♣ *Variações na estrutura do capital da empresa:* Segundo (Titman e Trueman, 1986; Bédard *et al.*, 2000; Menon e Williams, 2001; Beatty e Fearnley, 2002; Copley e Douthett, 2002, entre outros), nos seus estudos salientam que existem incentivos para mudar de auditores antes de enfrentar mudanças na estrutura de capital da empresa, sejam derivados da emissão de nova dívida, seja de capital, a fim de adquirir a vantagem da experiência ou reputação de um novo auditor. A reputação ou experiência de um novo auditor pode ser bastante valiosa para os investidores, como meio de reduzir os custos de informação dos títulos a emitir.
- ♣ *Custos da auditoria:* Nos seus estudos, Gregory e Coller, 1996; Deis e Groux, 1996 obtiveram evidência empírica que várias empresas mudam de auditor como forma de reduzir os custos de auditoria. A ineficácia ou eficácia do auditor são prováveis que sejam factores impulsionadores para substituir o auditor. Em primeiro lugar, porque pode prestar serviços de auditoria melhorados, uma vez que está em causa o melhoramento do

entendimento da empresa e da envolvente. Em segundo lugar, a longevidade da relação cliente-auditor, pode dar origem a uma harmonia que ao longo do tempo se irá traduzir por relações “quase familiares” com as operações dos clientes. Ao invés de uma mudança do auditor, o cliente pode optar por reter o auditor por lealdade e satisfação com o serviço prestado no passado. A retenção do auditor pode também passar pelo entendimento entre o auditor e o cliente acerca das políticas contabilísticas existentes que têm ocorrido ao longo do tempo.

3.2. Abordagem contratual

Outra linha de investigação para interpretar as mudanças do auditor centra-se na percepção da auditoria como um contrato de mercado no qual a empresa elege livremente o auditor e onde à possibilidade de existência de desacordos entre o auditor e a empresa podem levar a que a empresa decida por fazer uma mudança do auditor (Lennox, 2000, Francis e Krishnan, 1999).

Segundo esta perspectiva a auditoria às demonstrações financeiras da empresa é vista como um serviço que tem como objectivo que o auditor ofereça uma opinião especializada e independente sobre se a empresa apresenta a sua informação contabilística de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Uma vez que a aplicação destes princípios requerem o juízo profissional do auditor, é possível que por vezes surjam desentendimentos entre a empresa auditada e o auditor.

Os gestores podem, também, procurar substituir os seus auditores sempre que recebam uma opinião de auditoria indesejável. Os gestores que tentam retratar aos shareholders uma imagem positiva deles próprios como bons administradores dos investimentos dos shareholders, podem ficar insatisfeitos com os auditores que emitem uma opinião de auditoria a qual o agente a perceba como não merecida ou como um resultado de um conflito sobre os princípios contabilísticos.

Para o cliente com dificuldades financeiras pode ainda ter maior incentivo em mudar os auditores para permitir um gestor retratar uma imagem com um bom administrador. Esta situação pode implicar que a auditoria às demonstrações financeiras da empresa pode ser vista como um processo de negociação entre a empresa e o auditor (Dye, 1991). Assim sendo, e nesta perspectiva a mudança do auditor poderá estar motivada pelo comportamento oportunista do gerente da empresa para alcançar os seus objectivos em relação à informação contabilística (DeAngelo, 1982).

Na abordagem conceptual: a mudança do auditor é analisada segundo uma relação contratual que vincula a empresa cliente com o auditor e que vem definida pela

envolvente no qual se desenrola a auditoria e o menor ou maior poder de negociação das partes, ou seja, factores de carácter estratégico (DeAngelo, 1982; Dyl, 1991; Krishnan, 1994, entre outros).

4. Estudos efetuados a nível internacional sobre o relatório de auditoria e a mudança do auditor

Os motivos que conduzem a que as empresas mudem de auditores têm sido analisados por uma extensa literatura especializada durante anos que observa a influência que as reservas contidas nos relatórios de auditoria têm sobre a decisão de substituir ou não os auditores. Estes motivos são de interesse extremo, uma vez que, por um lado existe evidência empírica que existe relação entre os dois factores e por outro lado, existem custos elevados para a empresa cliente associados à rutura contratual, o que nos leva a reflectir sobre os motivos subjacentes que possam estar inerentes a tais decisões. Neste sentido, na tabela 2, de uma forma simplificada apresentamos os principais estudos realizados neste âmbito.

Tabela 2: Estudos sobre a mudança do auditor

Motivos da mudança do auditor	Ideia Principal	Principais Estudos
Relação entre a mudança e preço <i>versus</i> qualidade	Relação entre a mudança e preço <i>versus</i> qualidade	Simon e Francis, 1988 Johnson e Lys, 1990 Turpen, 1990 Buttenworth e Houghton, 1995 Gregory e Collier, 1996
	Auditoria de qualidade	Schwartz e Menon, 1985 Francis e Wilson, 1988 Haskins e Williams, 1990 DeFond, 1992 Andersen <i>et al.</i> , 1993 Wilson <i>et al.</i> , 1995 Ruiz e Gómez, 2003,2004
	Relação auditor <i>versus</i> cliente	Chow e Rice, 1982 Smith, 1986 Craswell, 1986 Krishnan e Stephens, 1995 Krishan <i>et al.</i> , 1996 Ruiz e Gómez, 2003 Sánchez Segura, 2003
Mudanças <i>reais</i> ou <i>potenciais</i>	Motivos que levam ou levariam à mudança	Burton e Roberts, 1967 Carpenter e Strawser, 1971 Bedingfield e Loeb, 1974 Eichenseher e Shields, 1983 Beattie e Fearnely, 1995 García-Benau <i>et al.</i> , 2000

Fonte: adaptado de *Evidência empírica sobre os indutores del cambio de auditor*, Ruiz Barbadillo e Gómez Aguillar, Revista de Contabilidad, Vol 6, Nº 12, julio-diciembre 2002, pp. 139-167

Os primeiros estudos tiveram por base inquéritos por questionários enviados às empresas a fim de identificarr quais os motivos que poderiam conduzir a eventuais mudanças do auditor (Burton e Roberts, 1967; Carpenter e Strawser, 1971; Bedingfield e Loeb, 1974; Eichenseher e Shields, 1983; Beattie e Fearnely, 1995; García-Benau *et al.*, 2000). Para estes autores existem uma série de factores que de uma forma intuitiva são indutores da mudança do auditor, tais como: mudanças da administração, necessidade de ter serviços adicionais, qualidade do auditor e insatisfação com os serviços prestados, fusões entre empresas, a necessidade de reduzir os honorários de auditoria. Estes estudos vieram demonstrar que as mudanças ocorridas estão relacionadas com os preços da auditoria.

Estudos posteriores tiveram como objectivo isolar factores que de alguma forma influenciassem a mudança do auditor, ou seja, realçar a mudança do auditor como resultado da degradação da relação *auditor-cliente*: Estes estudos têm como objectivo analisar se a mudança do auditor ocorre após a emissão do parecer do auditor com reservas, opinião adversa ou denegada (Chow e Rice, 1982, Smith, 1986, Craswell, 1986, Krishnan e Stephens, 1995, Krishan *et al.*, 1996, Ruíz e Gómez, 2003, Sánchez Segura, 2003, Lennox, 2003).

Não obstante, outro conjunto de estudos tiveram como objectivo analisar se a mudança do auditor está relacionada com a necessidade de obter *auditorias de melhor qualidade*. Neste sentido, os estudos efectuados por (Schwartz e Menon, 1985, Francis e Wilson, 1988, Haskins e Williams, 1990, DeFond, 1992, Andersen *et al.*, 1993, Wilson *et al.*, 1995, Ruíz e Gómez, 2003, 2004), relacionam a mudança do auditor com a degradação financeira da empresa, assumindo que a mudança do auditor é uma das medidas que a empresa utiliza para o seu saneamento ou as mudanças nos custos de agência associados às mudanças do auditor.

Conclusões

A auditoria desempenha um papel económico e social de relevo e é tida com um bem público. Daí decorre o reconhecimento e aceitação pelos utilizadores da informação financeira pelo relatório de auditoria, para as suas tomadas de decisão.

O mundo de hoje, faminto de informação e ação, conduz a que o relatório de auditoria inspire a credibilidade necessária e suficiente das demonstrações financeiras, tanto mais que a facilidade ou a democraticidade de acesso às fontes de informação é uma constante. Porém, os casos, relativamente, recentes de falências fraudulentas

abalaram tal objetivo e chamaram à coação a dicotomia de interesses entre proprietário e agentes.

Em mais de cinquenta anos foram desenvolvidos estudos empíricos sobre a relevância do relatório de auditoria e seu impacto no mercado de capitais, em várias regiões e em diferentes momentos temporais, sendo que, nem sempre, foram evidentes as consequências do conteúdo informativo do relatório de auditoria e os reflexos no valor das ações das empresas.

Paralelamente avançou-se para o estudo da mudança do auditor procurando associar ao tipo de certificação legal de contas – em especial, com reservas – igualmente, suportado em estudos académicos que, mais uma vez nem sempre, comprovam a evidência empírica. As teorias que abordam esta temática são duas: a abordagem de mercado (relaciona a procura de auditoria e a oferta dos profissionais de auditoria, que decorre da concorrência e são identificados, o crescimento, a aquisição, os custos de agência e as variações na estrutura do capital das empresas e os custos de auditoria) e a abordagem contratual (a auditoria considerada como um contrato de mercado, no qual se elege livremente o auditor).

Com base na literatura sobre a mudança do auditor agruparam-se os estudos em dois motivos de mudança: o decorrente da relação preço – qualidade (que se subdivide em relação entre a mudança e preço *versus* qualidade, auditoria de qualidade e relação auditor *versus* cliente) e mudanças reais ou potenciais.

Decorrente dos mesmos estudos constatamos que existem determinados fatores que influenciam as mudanças de auditor pelas empresas cliente, nomeadamente, a situação económico-financeira, o recebimento de reservas no relatório de auditoria como fatores suscetíveis de ocasionar conflitos entre ambas as partes.

Bibliografia

- Abdel-Qader, W. (2002), "*An evaluation of the international auditing standards and their application to the audit of listed corporations in Jordan*", (Unpublished Doctoral Thesis, University of western Sydney, Australia)
- Anderson, D.; Stokes, D. e Zimmer, I (1993): "Corporate Takeovers and Auditors Switching", *Auditing: A journal of Practice & Theory*, vol 12, nº 1, pp. 65-73.
- Beattie, V. e Fearnley, S (2002): "Auditor Independence and non-audit services: a literature review", London: Institute of Chartered
- Bédard, J.; Coulombe, D.; e Courteau, L (2000): "Demand and supply of auditing in IPOs: an empirical analysis of the Quebec Market", Documento de trabalho
- Brown, R. (1962), "*Changing audit objectives and techniques*", *The Accounting Review*, Vol. 37(4), 696-70, Accountant in England and Wales.
- Cabal, E (2001), "Informes de Auditoría", *Partida Doble*, nº 119, pp. 20-33
- Cabal García, Elena (2004), "*La utilidad del informe de auditoría: su impacto en el mercado de valores*", *Técnica Contable*, nº 666, julio-agosto, pp.4-18
- Copley, P. A, e Douthett, E. B (2002): "The association between audit choice, ownweship retained, and earnings disclosure by firms making initial public offerings", *Contemporary Accounting Research*, 19(1). Pp. 49-75

- Costa, Carlos Baptista da (2007), "*Auditoria Financeira – teoria & prática*", 8ª edição, Editora Rei dos Livros, Lisboa
- Costa, Carlos e Alves, Gabriel (2005), "*Contabilidade Financeira*", 5ª Edição, Publisher Team, Lisboa
- Craswell, A. t (1988), " The association between qualified opinions and audit switches", *Accounting and Business Research*, Vol 19, nº 73, pp. 23-31
- DeAngelo, L. E (1982), "Mandated Successful Efforts and Auditor Choice", *Journal of Accounting and Economics*, nº4, pp. 171-203
- Deis, D. R. e Giroux, g (1996):" The effect of auditor change on audit fees, audit hours and audit quality", *Journal of Accounting and Public Policy*, 15, pp. 55-76.
- Dye, R. A (1991):" Informationally motivated auditor replacement", *Journal of Accounting and Economics*, vol 14, pp. 374-394.
- Firth, M (1999): "Company takeover and the auditor choice decision", *Journal of International Accounting, -auditing & Taxation*, 8(2), pp. 197-214
- Francis, J. e Wilson, E (1988), "Audit changes: A test of theories relating to agency cost and auditor differentiation", *The accounting review*, vol 63, nº4, pp. 663-682
- Francis, J. e Krishnan, J (1999):" Accounting Accruals and Auditor reporting Conservatism", *Contemporary Accounting Research*, vol 16, pp.135-165
- García-Benau, M. A.; Ruiz Barbadillo, E, e Vico Martínez, A. (2000), "Factores que condicionan la elección y el cambio de auditor en la empresa española", *Revista de Contabilidad*, vol 3, nº 6, pp. 49-80.
- Gómez Aguilar, N. e Ruiz Barbadillo, E (2000): "Un estudio empírico sobre la relación entre informe de auditoria y cambio de auditor", *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, vol XXIX, nº 105, pp. 705-741
- Gregory, a. e Collier, P (1996):" audit fees and auditor change; an investigation of the persistence of fee reduction by type of change", *Journal of Business, Finance and Accounting*, 23(1), pp. 13-27
- Humphrey, C. e Turley. P., (1992), "*The expectation gap in the United Kingdom*", Institute of Chartered Accountants in England and Wales, London
- Institute Of Chartered Accountants in England & Wales (2005), "*Agency Theory and the Role of Audit*", retirado de http://www.icaew.com/index.cfm/route/139474/icaew_ga/ em 28/08/09
- Johnson, W. e Lys, T (1990): " The Market for Audit services-Evidence from Voluntary Auditor Changes", *Journal of Accountancy and Economics*, pp. 281-308.
- Lennox, C (2000):" Do companies successfully engage in opinion-shopping? Evidence from UK", *Journal of Accounting and Economics*, vol 29, pp. 321-337
- Krishnan, J (1994):" Auditor switching and conservatism", *The Accounting review*, vol 69, nº1, January, pp. 200-215
- 15(2), pp. 243-261
- Marques de Almeida, J.J (2001), "*Natureza e papel da auditoria na sociedade actual*", *Revisores e Empresas*, Janeiro/Março, (12), pp. 36-42
- Melumad N. and Thoman L. (1990), "*On Auditors and the Courts in an Adverse Selection Setting*", *Journal of Accounting Research*, Vol 28, nº 1, 77-120
- Messier, William F Jr., Steven M. Glover and Douglas F. Prawitt (2006), "*Auditing & Assurance Service – a systematic approach*", Fourth Edition, Boston: McGraw-Hill/Irwin
- Menon, K. e Williams, D (2001): " Long-term in audit fees", *Auditing: A journal of Practice and Theory*, vol 20, nº 1, pp. 115-130
- Palmorose, Z (1986), "Audit fees and auditor size Further evidence", *Journal of accounting research*, vol 24, nº1, pp. 97-110
- Palmrose, Z (1984): "The demand for quality-differentiated audit services in an agency cost setting: an empirical investigation", *Auditing Research Symposium (University of Illinois)*, pp. 229-252
- Plot Ch (2001):" Agency cost and audit quality: Evidence from France", *The european Accounting Review*, vol 10(3), pp. 461-499
- Porter, B., Simon, J. & Hatherly, D. (2005), "*Principles of external auditing*", John Wiley & Sons, Ltd.
- Ruiz Barbadillo, E e Gómez Aguilar, N (2003): "Evidencia empirica sobre inductores del cambio de auditor: Especial referencia a la situación financiera de la empresa", *Revista de Contabilidad*, Vol 6, nº 12 julio-diciembre 2003, pp. 139-167.
- Smith, D. B. (1986), "Audit 'subject to' opinions, disclaimers, and auditor changes", *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, Vol. 6, Nº1. Pp.95-108
- Titman, S. e Trueman, B (1986):" Information quality and the evaluation of new issues", *Journal of Accounting & Economics*, 8, pp. 159-172
- Vinten, G. (1991), "*The strategic audit*", *Managerial Auditing Journal*, Vol. 6, nº 4
- Williams, D. D (1988): "The Potencial Determinants of Auditor Change", *Journal of Business, Finance and Accounting*,
- Watts, R. e Zimmerman, J (1983): " Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidencia", *Journal of Law and Economics*, Vol 26(3), pp. 613-633
- Watts, R. e Zimmerman, J (1986): "Positive Accountig Theory". Prentice-Hall Englewood Cliffs, New Jersey.